

**TÉCNICA LEGISLATIVA NA PRÁTICA:
FUNDAMENTOS E EXERCÍCIOS DE REDAÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS
(ESPECIAL PARA VEREADORES, TÉCNICOS E ASSESSORES)**

Datas: 14, 15 e 16 de setembro de 2022.

Local: Grande Hotel Rede Master – Rua Riachuelo, 1070 – Centro Histórico – Porto Alegre/RS

Horários: 1º dia das 9h às 12h e das 14h às 17h; 2º dia das 9h às 12h e das 14h às 17h; 3º dia das 9h às 12h.

Solicitação: favor encaminhar cópia a quem redige os projetos de leis e os regulamentos municipais.

Objetivos:

- a) Analisar os fundamentos técnicos necessários à redação de projetos de lei, leis e regulamentos.
- b) Avaliar e exercitar a metodologia para o planejamento dos atos normativos a serem redigidos.
- c) Exercitar a redação técnica, com o objetivo de contemplar a necessária concisão, clareza, objetividade e impessoalidade.

Considerações importantes

A redação de projetos de lei, leis e outros atos regulamentares requer conhecimento técnico e a observância da legalidade e constitucionalidade a serem asseguradas. Mas é importante a vivência prática, de modo a permitir a efetiva incorporação dos fundamentos técnicos e o contínuo aperfeiçoamento da forma adequada de redação legislativa.

O curso propõe exatamente este aspecto da prática da redação legislativa. A metodologia a ser implementada oportuniza que os participantes efetivamente incorporem o conteúdo apresentado a partir da vivência de exercícios práticos, simplificados, que permitam o aperfeiçoamento dos saberes que cada participante já traz de suas vivências.

A quem o curso é dirigido

Vereadores, assessores, técnicos legislativos e diretores das Câmaras Municipais; secretários municipais e de governo, chefes de gabinete, agentes administrativos, técnicos e assessores.

Prazo de inscrições e informações sobre o curso

As inscrições poderão ser realizadas até o dia **02 de setembro**, através do site **www.iem.inf.br**. Vagas limitadas à capacidade da sala. Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone **(51) 3778-1188** ou e-mail **cursos@estudosmunicipais.com.br**. Receberão certificados os participantes que tiverem a frequência mínima de 70%. Certificado digital com verificação por QRCode.

No caso de **haver cancelamento do curso presencial**, decorrente de **disposição de autoridade pública**, diretamente ao IEM ou por medida restritiva às atividades em geral, ao inscrito **será assegurada a participação no curso em formato EAD**, por videoconferência, mantendo palestrante e carga-horária, sem prejuízo aos participantes. Ocorrendo a reprogramação de data ou cancelamento de curso pelos motivos dispostos na cláusula anterior, **o IEM não se responsabiliza pelo ressarcimento de qualquer valor aplicado na aquisição de passagem aérea ou terrestre, reserva de hotel ou outras aplicadas pelo inscrito.**

Demais informações e condições no termo de aceite, vinculado à inscrição no site do IEM.

Investimento

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO/EMPRESA	PAGAMENTO ATÉ 12/08/2022	PAGAMENTO APÓS 12/08/2022	Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento.
1 participante	R\$ 890,00 por pessoa	R\$ 990,00 por pessoa	
2 participantes	R\$ 860,00 por pessoa	R\$ 960,00 por pessoa	
3 participantes	R\$ 830,00 por pessoa	R\$ 930,00 por pessoa	
4 participantes ou mais	R\$ 810,00 por pessoa	R\$ 910,00 por pessoa	

* Sua inscrição só será confirmada mediante pagamento ou envio antecipado do empenho.

Inscreva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS!

PAUTA DO CURSO

TÉCNICA LEGISLATIVA NA PRÁTICA: FUNDAMENTOS E EXERCÍCIOS DE REDAÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS

1. Fundamentos constitucionais e normativos aplicáveis à redação de leis e regulamentos

- 1.1. Funções das normas jurídicas e a subsidiariedade da atividade legislativa
- 1.2. O controle de constitucionalidade e a iniciativa política
- 1.3. Constitucionalidade formal e material: fundamentos e exemplos de inconstitucionalidades
- 1.4. A Lei Complementar 95/98 e as imposições aos entes federados
- 1.5. Os Decretos n.º 9.191/17 e n.º 10.139/19 e outras fontes por analogia

2. Metodologia aplicável à elaboração de projetos de lei, leis e regulamentos

- 2.1. Objeto a ser contemplado: elementos informativos
- 2.2. Definição da espécie normativa: critérios a considerar
- 2.3. Conteúdo a ser contemplado: relação exaustiva
- 2.4. Definição da ordem de distribuição do conteúdo
- 2.5. Plano redacional e definição da estrutura normativa necessária
- 2.6. Ajustes e redação final
- 2.7. Análise crítica dos resultados: sustentação jurídica, reflexos sociais e econômicos e adequação ao objetivo proposto
- 2.8. Exercício prático: elaboração de plano de redação de ato normativo**

3. A Lei Complementar nº 95 e a sistemática interna das leis e dos regulamentos

- 3.2. A redação dos atos: clareza, concisão, impessoalidade, objetividade, precisão e ordem lógica das normas
- 3.3. Sistemática interna das leis e análise das contradições
- 3.4. Exercício prático: avaliação e redefinição de artigos, com o objetivo de contemplar a concisão e demais requisitos**

4. A Lei Complementar nº 95 e a sistemática externa das leis e dos regulamentos

- 4.1. Lei Ordinária: definição e objeto
 - 4.1.1. Sistemática externa das leis e regulamentos: articulação das leis
 - 4.1.1.1. Sistemática externa – forma e estrutura das partes do ato normativo:
 - Epígrafe, ementa ou rubrica da lei, preâmbulo e âmbito de aplicação
 - Fecho da lei, cláusula de revogação, cláusula de vigência, autoridade, assinatura
 - 4.1.1.2. Sistemática externa – articulação das leis e regulamentos
 - Artigos, parágrafos, incisos e alíneas; agrupamentos de artigos
 - Subseções, seções, capítulos, títulos, livros e partes
 - Disposições preliminares, gerais, finais e transitórias
 - Critérios de sistematização
 - 4.2. Decreto, portaria, ordem de serviço, orientação normativa e outros regulamentos
 - 4.2.1. Definição, âmbito de aplicação e limites
 - 4.2.2. Forma e estrutura
- 4.3. Exercícios práticos de redação para a fixação dos fundamentos jurídicos estudados**

Ministrante:

Darci Reali, Advogado, mestre em Direito, Diretor do IEM. Docente da Universidade de Caxias do Sul, no Curso de Direito, Curso Superior de Gestão Pública e na Pós-Graduação em Direito de Estado e Direito Ambiental. Secretário Municipal de Administração (1993-1997) e assessor jurídico municipal (1997-2001). Atua há 25 anos em assessorias e consultorias jurídica e administrativa de Municípios. Ministra cursos e treinamentos (em diversos Estados do Brasil) relacionados aos aspectos legais, administrativos e gerenciais dos municípios, nas áreas de direito constitucional, administrativo, tributário, ambiental, urbanístico, legislativo e previdenciário. Autor e coautor de diversos livros e dezenas de apostilas direcionadas à Administração Municipal. Ampla experiência sobre redação técnica de leis e regulamentos, tanto pela grande vivência da redação de inúmeros atos normativos quanto pela experiência de já ter ministrado dezenas de cursos com este tema, em diversos Estados do Brasil.